

**MINUTA ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
INTERMINISTERIAL DE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA - CIMGC
23 de janeiro de 2015, 6ª feira, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sala
dos Conselhos, 5º andar**

Membros Participantes

1. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
2. Fernando Araldi – Ministério das Cidades
3. Felipe Ferreira – Ministério das Relações Exteriores
4. Márcio Rojas da Cruz - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Outros Participantes

1. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
2. Núbia Elisabeth da S. Silva – Ministério do Meio Ambiente
3. Ricardo Rocha Pavan da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Susanna Erica Busch - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
5. Jerônima Damasceno - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Assuntos abordados

1. Abertura da Reunião

O representante suplente do Ministério da Ciência e Tecnologia iniciou a 84ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) às 14h20min. Esclareceu que a reunião seria breve, uma vez que a pauta estava relativamente curta, o que não comprometeria a participação de alguns membros na reunião do GT Adaptação.

Informou que a equipe do MCTI, em princípio, seria mantida e que um novo secretário para a SEPED seria nomeado devido às mudanças de governo e que havendo necessidade novas consultas a respeito de confirmação e/ou indicação de novos membros poderão ser feitas aos ministérios integrantes da CIMGC.

2. Aprovação da Ata da 83ª reunião ordinária da CIMGC.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o representante suplente do Ministério da Ciência e Tecnologia consultou aos presentes sobre a aprovação da ata da 83ª reunião e não havendo objeção a mesma foi considerada aprovada.

3. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

O representante do MCTI informou que havia apenas uma atividade de projeto nessa situação, a de nº 452/2013 – Projeto de MDL Usinas Eólicas Eurus II e Renascença V - (Of. 055/2014 de 29/09/2014, com resposta em 19/11/2014) e a deliberação do MCTI sobre esta atividade de projeto foi pela aprovação com ressalvas para atender as seguintes exigências:

Título do projeto apresentado no DCP (Projeto MDL Usinas Eólicas Eurus II e Renascença V) difere daquele apresentado no Relatório de Validação (Projeto MDL **das** Usinas Eólicas Eurus II e Renascença V). Além disso, no decorrer da redação do DCP e do Relatório de Validação, o título da atividade de projeto aparece escrito de maneiras diferentes. Deste modo, deve-se padronizar o título em ambos os documentos de acordo com a tradução do título apresentado na versão em inglês.

A tradução do PDD apresentada no DCP deve ser revisada nos seguintes pontos:

- a) a tabela A-2 (página 7) não foi totalmente traduzida;
- b) a seção A.5. (página 7) não foi traduzida;
- c) traduzir a palavra wind no fluxograma apresentado na seção B.3. (página 8);
- d) o valor de TFSEE (R\$/kW) apresentado na tabela da página 13 do DCP não corresponde ao valor apresentado no PDD;
- e) as tabelas das páginas 13 e 14 do DCP devem ser totalmente traduzidas (Land Leasing (Thousand R\$/turbine/year);
- f) no sub-passo 2d descrito (página 15), o termo CERs deve ser devidamente traduzido para o português “RCEs”.
- k) revisar a tradução das páginas 21, 22 e 23 do Relatório de Validação;
- l) verificar a ortografia de todo o Anexo A, além de padronizar o uso dos termos técnicos das tabelas nele contidas de acordo com aqueles empregados anteriormente no texto do Relatório de Validação.

Por último, destaca-se que a versão da metodologia ACM0002 usada nesta atividade de projeto (versão 14.0) é válida para solicitação de registro somente até 26 de janeiro de 2015, fato que condiciona a necessidade de atualizar a mesma para a versão atual.

Tendo exposto os motivos da decisão do MCTI, consultou ao Ministério do Meio Ambiente sobre o seu posicionamento. A representante do MMA informou que aquele ministério também acompanharia o posicionamento do MCTI, aprovando com ressalvas a referida atividade de projeto, para atendimento aos seguintes itens:

Proponente deverá providenciar esclarecimento sobre a referência a lei municipal no processo de licenciamento, uma vez que o empreendimento foi licenciado pelo órgão ambiental estadual; necessária correção do erro detectado na página 30 do DCP (versão em português) de texto redigido em língua inglesa.

Após o pronunciamento do MMA, o representante do MCTI consultou sobre o posicionamento do MME. O representante MME esclareceu que a referida atividade de projeto já havia sido considerada aprovada por aquele Ministério em reunião anterior. Nesse sentido, não havendo outras manifestações dos presentes, a atividade de projeto foi considerada **aprovada com ressalvas**.

4. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC:

Dando seguimento a pauta, o representante do MCTI apresentou a nova atividade de projeto recebida em 24/11/2014, sob o nº 467/2014 – “Projeto MDL da PCH Lajeado (JUN1189), Brasil” – a qual, a partir de então, passou a ser considerada submetida à Comissão.

5. Outros assuntos.

O representante do MCTI aproveitando este item, comentou sobre o estudo que o MCTI está conduzindo sobre a contribuição do MDL para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Informou que o consultor Henrique Pereira contratado para a realização deste estudo já havia apresentado o seu último produto e que o mesmo estava sendo avaliado pela equipe técnica. Comentou haver sentido falta de uma análise um pouco mais integrada porque ele faz uma análise da contribuição do MDL no Brasil compartmentalizada e que após a análise da equipe técnica seria solicitado ao consultor providenciar as alterações necessárias e que tão logo o MCTI estivesse de posse da versão final a mesma seria circulada entre os membros da CIMGC e caso houvesse consenso, o consultor seria convidado a fazer uma apresentação formal à CIMGC se tudo corresse bem já na próxima reunião da CIMGC. O representante do MRE consultou sobre a possibilidade de tal produto trazer uma consideração sobre quantas RCEs de projetos implementados no Brasil, teriam sido utilizados para complemento de metas de países desenvolvidos, porém a equipe técnica do MCTI informou que o estudo não contemplou esta informação, porém nada impediria que esta informação fosse apresentada no futuro, caso houvesse interesse dos membros. Em seguida o representante do MCTI convidou o representante do MRE a explicar sobre os resultados na última COP. O representante do MRE comentou que em Lima, especificamente sobre o MDL, infelizmente não haveria muito que relatar tendo em vista que a discussão do MDL acontece no âmbito dos órgãos subsidiários do SBA e SBSTA e não houve conclusões sobre o assunto e explicou então que quando não há conclusões passa-se automaticamente a discussão para a próxima sessão, por isso este item volta a entrar na agenda para a reunião de junho. Informou que este não é um problema intrínseco do MDL, o fato é que estão entrando na reta final das negociações do novo acordo sobre a Convenção, vários temas que seriam de ordem técnica. Os países estão aguardando os desdobramentos das negociações para ter mais clareza em relação aos compromissos de mitigação e isso afeta a discussão sobre mercados de forma geral. Em relação ao ADP Lima teve duas tarefas: acordar os elementos básicos para um texto negociador e estabelecer alguns parâmetros mínimos para a contribuição nacionalmente determinada. Estas tarefas foram cumpridas de maneira satisfatória. O anexo da Decisão 1 CP20, um texto de aproximadamente 40 páginas, deverá ser a base para as discussões do ADP em 2015. Uma questão que também gerou alguma discussão foi o *ex-ante assessment* da pré-avaliação das contribuições. A União Europeia e outros países defendiam que antes da COP de Paris deveria haver algum processo de revisão das contribuições nacionalmente determinadas, algo que não estava previsto no mandato de Varsóvia. Essa proposta não foi aceita. Ficou decidido que as contribuições nacionalmente determinadas apresentadas pelas Partes até o dia 01 de outubro de 2015, serão avaliadas pelo Secretariado no sentido de se ter uma quantificação preliminar do esforço global de mitigação. Esse será um dos documentos para consideração em Paris.

O representante do MCTI agradeceu a explanação do representante do MRE e passou a palavra a quem quisesse fazer alguma consideração ou pergunta. O representante do MRE perguntou se dentro da normatização haviam sido definidas as instruções de

como deveriam ser elaboradas as contribuições. Se foi definido algum parâmetro, como por exemplo, “...essas instruções devem ser até 2040/2050...” ou então “para os países que optarem por fazer uma redução absoluta, algum ano de referência, por exemplo 1990...”. O representante do MRE respondeu que não há ainda nenhuma definição sobre isso. A discussão continua sendo para períodos de cinco anos ou dez anos; alguns países apresentaram suas discussões com o ano base de 1990, enquanto outros já indicaram o compromisso com 2005, ou seja, não há ainda nenhuma regra internacional acordada em relação a isso e por isso depois poderá haver a necessidade de uma comparação em relação às contribuições recebidas.

O representante do MRE comentou que estaria sendo enviada às Assessorias Internacionais dos Ministérios envolvidos com o tema, uma convocatória para uma reunião no dia 03 de março, na qual era pretendido se fazer um *briefing* do que aconteceu em Varsóvia e iniciar os preparativos para Paris, além de se discutir um pouco sobre a questão da contribuição brasileira, dando seguimento ao processo de consulta feito à Sociedade Civil.

Em seguida, o representante do MCTI perguntou se mais alguém gostaria de fazer alguma contribuição e diante da negativa, encerrou a reunião às 14h38.